



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM RECURSOS NATURAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

EDITAL Nº 1/2021/2021

Processo nº 23096.012270/2021-80

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA COORDENAÇÃO E VICE-COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS – PPGEGRN/CTRN/UFCG

EDITAL 01/2021 – PPGEGRN/CTRN

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais – do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições, considerando a resolução Nº 07/2005 do Colegiado Pleno – CONSUNI/UFCG, e tendo em vista deliberação da Coordenação:

RESOLVE

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º A escolha do Coordenador e do Vice-Coordenador do PPGEGRN/CTRN da UFCG será realizada por meio de processo eleitoral nos termos deste Edital.

Art. 2º O processo eleitoral para a escolha dos do Coordenador e do Vice-Coordenador será realizado no período letivo do calendário oficial do PPGEGRN.

§ 1º Será considerada vencedora a chapa que obtiver a maioria simples dos votos válidos;

§ 2º Em caso de empate, será realizada nova eleição no prazo máximo de dez (10) dias.

Art. 3º O Colégio Eleitoral participante da eleição, com direito a voto não obrigatório, será constituído de:

- I. – membros do corpo docente do quadro permanente da UFCG, credenciados no PPGEGRN como docentes permanentes;
- II. – membros do corpo técnico-administrativo permanente da UFCG, lotados e em efetivo exercício no PPGEGRN;
- III. – membros do corpo discente da UFCG, regularmente matriculados no Programa de Pós-Graduação de Engenharia e Gestão de Recursos Naturais – PPGEGRN.

Parágrafo único. A cada segmento universitário será atribuído o seguinte peso:

- a. Segmento Docente: 1/3 (um terço);
- b. Segmento Técnico-Administrativo: 1/3 (um terço);
- c. Segmento Discente: 1/3 (um terço).

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 4º Para coordenar, organizar e supervisionar o processo eleitoral, será constituída a Comissão Eleitoral abaixo disposta, composta por três membros titulares:

Professor Dr. Matheus Augusto de B. Pasquali – UAEALI/CTRN (Presidente)

Professor Dr. José Dantas Neto – UAEA/CTRN (Membro Titular)

§ 1º Cada chapa inscrita para a eleição pode se fazer representar na Comissão Eleitoral, com direito a voz, porém sem direito a voto.

§ 2º São impedidos de integrar a Comissão Eleitoral, além dos candidatos inscritos, seus cônjuges e parentes até em segundo grau, tanto por consangüinidade como por afinidade.

Art. 5º A Comissão Eleitoral será dirigida por um Presidente e deliberará, por maioria de seus membros.

§ 1º O Presidente da Comissão Eleitoral não terá direito a voto de qualidade.

§ 2º As decisões da Comissão Eleitoral serão divulgadas através de sua afixação no site do Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais e no site do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, no prazo máximo de um dia útil.

Art. 6º À Comissão Eleitoral compete:

- I. – coordenar, organizar e supervisionar o processo de inscrição das candidaturas de acordo com o calendário estabelecido
- II. – fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas no processo e, em caso de violação, oferecer denúncia ao Colegiado do Programa, que deliberará sobre a impugnação de candidatura;
- III. – elaborar o calendário dos debates públicos;
- IV. – divulgar a listagem nominal do colégio eleitoral, com antecedência mínima de até cinco dias úteis da data da Eleição, garantindo a contestação pelos candidatos, no prazo de até 48 horas, e decidir sobre a impugnação de nomes apresentados na referida listagem, sem comprometer o calendário eleitoral previsto;
- V. – proceder ao sorteio da disposição das chapas na cédula eleitoral;

- VI. – apurar os votos e elaborar o mapa final com os resultados da Eleição e encaminhá-lo para homologação do Colegiado do Programa;
- VII. -solicitar, à Coordenação do Programa, a relação nominal, por ordem alfabética, contendo: o nome completo, número do cpf, matrícula SIAPE (servidores) ou matrícula Acadêmica (discentes), e-mail de professores, servidores técnicos-administrativos e discentes do Programa;
- VIII. – decidir sobre a impugnação de urnas;
- IX. – decidir, em grau de recurso, sobre a nulidade de voto.
- X. – receber e emitir parecer sobre denúncias formais, acompanhadas de provas, de procedimentos ilícitos empregados na campanha eleitoral, inclusive a transgressão das normas que dispõem sobre a propaganda das chapas, encaminhando ao Colegiado do Programa para providências cabíveis;
- XI. – propor ao Colegiado do Programa a aplicação de penalidade de advertência pública a integrantes da PPGEGRN por desrespeito ao estabelecido neste Edital.

CAPÍTULO III

DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS

Art. 7º Poderão candidatar-se à Eleição para Coordenador e Vice-Coordenador, os professores integrantes da Carreira do Magistério Superior em regime de Dedicção Exclusiva, em efetivo exercício na UFCG e credenciados no PPGEGRN como docentes permanentes.

§ 1º Não poderá concorrer docente com processo de remoção, redistribuição ou aposentadoria em tramitação;

Art. 8º A inscrição das chapas será feita junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no link <https://pra.ufcg.edu.br/sei-ufcg.html>, no período disposto no calendário da eleição (ANEXO I), mediante:

I. – Processo tipo: **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO: PROCESSO ELEITORAL DE COORDENAÇÕES E UNIDADES ACADÊMICAS;**

II. - requerimento, encaminhado à Presidência da Comissão Eleitoral, indicando os nomes e respectivos cargos que compõem a chapa;

III. – comprovação de atendimento às exigências referidas no art. 7º;

IV. – apresentação de carta-programa subscrita por todos os seus integrantes;

V. – apresentação de uma declaração de aceitação dos termos do presente Edital;

VI. – apresentação de comprovante de requerimento de afastamento do cargo administrativo que esteja ocupando na UFCG, do ato de inscrição até a realização da eleição.

§ 1º Apenas será aceita a inscrição de chapa completa.

§ 2º À Comissão Eleitoral cabe deferir o pedido no primeiro dia útil subsequente ao encerramento das inscrições, se cumpridas as exigências contidas nos artigos 7º e 8º deste Edital.

§ 3º A relação contendo as candidaturas deferidas será disponibilizada no site do Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais e no site do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, no prazo máximo de um dia útil após o encerramento das inscrições.

§ 4º É facultado ao candidato o afastamento das atividades acadêmicas.

§ 5º Após a divulgação das decisões da Comissão Eleitoral, caberá recurso ao CONSAD no prazo máximo de dois dias úteis.

CAPÍTULO IV

DA DIVULGAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 9º A divulgação das candidaturas deverá operar-se nos limites do debate de idéias e defesa das propostas contidas nas cartas-programa das candidaturas.

Art. 10. As formas de divulgação das candidaturas restringir-se-ão a debates, entrevistas, faixas e documentos impressos ou on-line, cabendo à Comissão indicar os locais de afixação de documentos impressos.

§ 1º É expressamente proibida a propaganda por meio de:

- I. – afixação de material publicitário, inscrições ou pichações em portas, janelas, muros e paredes dos prédios pertencentes à UFCG;
- II. – camisetas, bonés ou outra peça do vestuário;
- III. – material que contenha agentes adesivos;
- IV. – entrevistas, programas e fotos, em material institucional.
- V. – *outdoors*;
- VI. – veículos de som, charangas e batucadas, dentro e no entorno dos *campi* da UFCG.
- VII. – rádio, televisão e jornais.

§ 2º Fica expressamente proibida a utilização de símbolos institucionais.

Art. 11. Fica proibida a distribuição de qualquer tipo de divulgação e propaganda de candidaturas no dia da Eleição nas dependências da UFCG.

Art. 12. O dispêndio com a divulgação das candidaturas será de responsabilidade dos candidatos e grupos internos de apoio, sendo vedado, a qualquer título, o uso de recursos institucionais ou de fontes externas à Universidade.

Parágrafo Único. Entende-se por grupos internos de apoio aqueles que podem ser constituídos por professores, servidores técnico-administrativos e discentes, vinculados à Unidade Acadêmica.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO

Art. 13. A votação dar-se-á de forma secreta utilizando-se meio eletrônico, acessível a todos os servidores (docentes e técnicos administrativos) e discentes da UFCG, qualificados de acordo com o artigo 3º, **em sítio eletrônico a ser divulgado até 72 horas antes da Eleição.**

§ 1º O acesso será remoto, a partir de qualquer dispositivo eletrônico conectado à Internet.

§ 2º A autenticação e autorização de cada eleitor se dará utilizando login e senhas, únicos e intransferíveis, cabendo ao STI definir qualquer forma de autenticação complementar.

§ 3º É de responsabilidade de cada eleitor a viabilização pessoal de acesso a plataforma de votação com identificação pessoal até 07(sete) dias antes da data estabelecida para a consulta.

§ 4º A prática de crime cibernético contra o sistema eletrônico de votação será submetida às medidas administrativas, éticas, cíveis e penais de acordo com a legislação vigente.

Art. 14. O voto será secreto e o sigilo será garantido pelo sistema de votação eletrônica.

Art. 15. O sistema eletrônico de votação deverá utilizar técnicas de criptografia homomórfica, ou técnica equivalente, para garantir o sigilo da votação.

Art. 16. O sistema eletrônico de votação deverá garantir integridade, confidencialidade e a inviolabilidade do voto.

Art. 17. O sistema eletrônico de votação deverá ser de código livre, possibilitando a realização de auditorias independentes.

Art. 18. Cada eleitor votará em apenas uma Chapa, com candidato a Coordenador e candidato a Vice-Coordenador.

Art. 19. Fica facultada, aos candidatos, a indicação de um fiscal para atuar em conjunto com a Comissão Especial, durante a eleição e apuração dos votos.

CAPÍTULO VI

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 20. O processo de votação será iniciado às 7h00 (sete horas) e será encerrado às 18h00 (dezoito horas), em data definida no calendário do ANEXO I.

Art. 21. Encerrado o processo de votação, o Presidente da Comissão Eleitoral, assessorado pelo STI, dará início ao processo de apuração.

Art. 21. Encerrada apuração dos votos, a Comissão Eleitoral fará o cálculo que definirá o percentual de votação de cada candidatura, de acordo com a fórmula adotada no art. 22.

Art. 22. A apuração dos votos será feita separadamente por segmento, de tal forma que o resultado obedeça ao critério da paridade entre os três segmentos, definido no parágrafo único do artigo 3º deste Edital, sendo o resultado total para cada chapa representado por:

$T = (n_{\text{de votos de estudantes}} / K_e)$

$+ (n_{\text{de votos de funcionários}} / K_f)$

$+ (n_{\text{de votos de professores}} / K_p)$ onde:

$K_e = \text{universo de estudantes eleitores} / M_n$

$K_f = \text{universo de funcionários eleitores} / M_n$

$K_p = \text{universo de professores eleitores} / M_n$

$M_n = \text{universo da categoria com menor número de eleitores}$

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral não poderá alterar os critérios estabelecidos para a apuração dos votos, em qualquer circunstância.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. A Comissão Eleitoral deverá encaminhar relatório conclusivo de suas atividades ao Coordenador do PPGEGRN, no prazo improrrogável de até cinco dias úteis após a data da

Eleição.

§ 1º Das decisões da Comissão Eleitoral, caberá recurso ao Colegiado do Programa, no prazo de dois dias úteis após sua divulgação.

§ 2º Das decisões do Colegiado do Programa, no prazo de dois dias úteis após sua divulgação, caberá recurso ao **CONSAD**.

§ 3º Das decisões do **CONSAD**, no prazo de dois dias úteis após sua divulgação, caberá recurso ao Colegiado Pleno.

§ 4º A interposição de recurso não acarretará efeito suspensivo ao andamento do processo eleitoral.

§ 5º A Comissão Eleitoral será automaticamente extinta, uma vez aprovado o seu relatório pelo Colegiado do Programa e não havendo recurso ao CONSAD.

Art. 24. O Processo Eleitoral é considerado ato de serviço e deverá ter o apoio logístico de órgãos da administração da Unidade Acadêmica.

Art. 25. Fica terminantemente proibida a participação de membros não integrantes da comunidade do PPGEGRN, assim como o uso de mecanismos institucionais que caracterizem campanha eleitoral não autorizada por este Edital.

Art. 26. O descumprimento de qualquer artigo deste Edital resultará em processo de impugnação de candidatura, garantindo-se o direito de defesa.

Art. 27. Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 28. Este Edital entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CAMPINA GRANDE, 25 DE MARÇO DE 2021

JOHN KENNEDY GUEDES RODRIGUES



Documento assinado eletronicamente por **JOHN KENNEDY GUEDES RODRIGUES, DIRETOR(A) DE CENTRO**, em 26/03/2021, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **1367850** e o código CRC **D3690A82**.

ANEXO I

Calendário da Eleição

Evento	Data/local	Responsável
Publicação do Edital	25/03/2021	Comissão Eleitoral
Impugnação do Edital	Até 26/03/2021 via Processo SEI	Colegiado do PPGEGRN
Inscrições de Chapas	26/03/2021 à 30/03/2021 via Processo SEI	Candidatos
Homologação Inscrições	31/03/2021	Comissão Eleitoral
Divulgação da Lista de Eleitores	05/04/2021	Comissão Eleitoral/Coordenação de Curso
Data da Eleição	14/04/2021 via sistema Helios Voting (link a ser divulgado)	Comissão Eleitoral/STI
Divulgação do Resultado	15/04/2021	Comissão Eleitoral

